

Anais da Assembléia

CURITIBA, 16 E 17 DE MAIO DE 1974

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

COMISSOES PERMANENTES

4.a SESSÃO LEGISLATIVA DA 7.a LEGISLATURA

COMISSÃO EXECUTIVA

PRESIDENTE — João Mansur

1.º VICE-PRESIDENTE — Santos Lima

2.º VICE-PRESIDENTE — Odilon Reinhardt

1.º SECRETÁRIO — Jorge Sato

2.º SECRETÁRIO — Muggiati Filho (M.D.B.)

3.º SECRETÁRIO — David Federmann

4.º SECRETÁRIO — Hélio Manfrinato (M.D.B.)

DIVISÃO DAS COMISSÕES

COMISSOES TÉCNICAS

7.a LEGISLATURA — 4.a SESSÃO LEGISLATIVA

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PRESIDENTE — Fabiano Braga Côrtes

VICE-PRESIDENTE — Nelson Buffara (MDB)

Ivo Thomazoni — Erondy Silvério — Paulo Camargo — Antônio Lopes Júnior — Wilson Fortes — Antônio Costa — Ovídio Franzoni — Quíelise Crisóstomo da Silva
Sebastião Rodrigues Júnior (MDB)

SUPLENTE: Gilberto Carvalho — Arthur de Souza — Luiz Roberto Soares — Borsari Netto — Fuad Nacli — Xenofonte Villanueva — Basílio Zanusso — Marciano Baraniuk
Iris Mário Caldart — (MDB)

SECRETÁRIO: Rita Celestino Soares

REUNIÕES: As quartas-feiras

COMISSÃO DE ORÇAMENTO

PRESIDENTE — Ovídio Franzoni

VICE-PRESIDENTE — Nelson Buffara (MDB)

Borsari Netto — Erondy Silvério — Fabiano Braga Cortes — Igo Losso

SUPLENTE: Xenofonte Villanueva — Antônio Maciel — Basílio Zanusso — Marciano Baraniuk — Antônio Costa
Antônio Belinati (MDB)

SECRETÁRIO: Eley Silva Baptista

REUNIÕES: Condicionadas à existência de matéria

COMISSÃO DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

PRESIDENTE: Antônio Maciel

VICE-PRESIDENTE: Domicio Scaramella (MDB)

Lázaro Dumont — Basílio Zanusso — Aryzone Araújo

SUPLENTE: Fuad Nacli — Borsari Netto — Ovídio Franzoni — Francisco Escorsin
Iris Mário Caldart (MDB)

SECRETÁRIO: Marlene Couto de Cristo

REUNIÕES: Condicionadas à existência da matéria

COMISSÃO DE INSTRUÇÃO PÚBLICA

PRESIDENTE: Antônio Lopes Júnior

VICE-PRESIDENTE: Alvaro Dias (MDB)

Olavo Ferreira — Rosário Pitelli — Ivo Rocha

SUPLENTE: Gabriel Manoel — Paulo Poli — João Fadel — Ivo Thomazoni

Sebastião Rodrigues Júnior (MDB)

SECRETÁRIO: Maria Aparecida R. G. Amaral

REUNIÕES: Condicionadas à existência de matéria

COMISSÃO DE TERRAS, IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO

PRESIDENTE: Domicio Scaramella (MDB)

VICE-PRESIDENTE: Gabriel Manoel

Ivo Rocha — Alvaro Dias (MDB) — Iris Mário Caldart (MDB)

SUPLENTE: Antônio Lopes Júnior — Ovídio Franzoni — Maurício

Fruet (MDB) — Antônio Belinati (MDB) — Nelson Buffara (MDB)

SECRETÁRIO: Agildes de Oliveira Martins

REUNIÕES: Condicionadas à existência de matéria

COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA

PRESIDENTE: Aryzone Araújo

VICE-PRESIDENTE: Maurício Fruet (MDB)

Haroldo Bianchi — Xenofonte Villanueva — David Federmann

SUPLENTE: Marciano Baraniuk — Antônio Costa — Basílio Zanusso — Aginaldo Pereira Lima — Domicio Scaramella (MDB)

SECRETÁRIO: Elza Carneiro Camargo

REUNIÕES: Condicionadas à existência de matéria

COMISSÃO DE TURISMO

PRESIDENTE: Xenofonte Villanueva

VICE-PRESIDENTE: Maurício Fruet (MDB)

Marciano Baraniuk — Wilson Brandão — Francisco Escorsin
SUPLENTE: Lázaro Dumont — Borsari Netto — Wilson Fortes
Sebastião Rodrigues Júnior (MDB)

SECRETÁRIO: Maria Stella do Amaral Gurgel

REUNIÕES: Condicionadas à existência de matéria

COMISSÃO DE FINANÇAS

PRESIDENTE: Quíelise Crisóstomo da Silva

VICE-PRESIDENTE: Alvaro Dias (MDB)

Gilberto Carvalho — Igo Losso — Olavo Ferreira — João C. Fadel
SUPLENTE: Paulo Poli — Antônio Maciel — Wilson Fortes — Aginaldo
Pereira Lima — Rosário Pitelli — Antônio Lopes Júnior —
Sebastião Rodrigues Júnior (MDB)

SECRETÁRIO: Terezinha Barbosa Moura e Claro

REUNIÕES: As terças-feiras

COMISSÃO DE POLÍCIA

PRESIDENTE: Antônio Belinati (MDB)

VICE-PRESIDENTE: Arthur de Souza

Marciano Baraniuk — Antônio Costa — Francisco Escorsin — Nelson
Buffara (MDB)

SUPLENTE: Paulo Poli — Ivo Thomazoni — Basílio Zanusso — Maurício
Fruet (MDB) — Sebastião Rodrigues Júnior (MDB)

SECRETÁRIO: Lóris Cordelero de Barros

REUNIÕES: Condicionadas à existência de matéria

COMISSÃO DE REDAÇÃO

PRESIDENTE: Gilberto Carvalho

VICE-PRESIDENTE: Iris Mário Caldart (MDB)

Gabriel Manoel — Igo Losso — Basílio Zanusso

SUPLENTE: Xenofonte Villanueva — João Fadel — Lázaro Dumont —
Antônio Lopes Júnior — Alvaro Dias (MDB)

SECRETÁRIO: Lélio Guimarães Sotto-Maior

REUNIÕES: Condicionadas à existência de matéria

COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS

PRESIDENTE: Paulo Poli

VICE-PRESIDENTE: Antônio Belinati (MDB)

Aginaldo Pereira Lima — João Fadel — Arthur de Souza
SUPLENTE: Gilberto Carvalho — Fabiano Braga Côrtes — Antônio Maciel —
Quíelise Crisóstomo da Silva — Domicio Scaramella (MDB)

SECRETÁRIO: José Tavares Canto Filho

REUNIÕES: Condicionadas à existência de matéria

COMISSÃO DE OBRAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

PRESIDENTE: Borsari Netto

VICE-PRESIDENTE: Antônio Belinati (MDB)

Lázaro Dumont — Leopoldo Jacomet — Francisco Escorsin

SUPLENTE: Antônio Maciel — Aryzone Araújo — Wilson Brandão —
Wilson Fortes — Domicio Scaramella (MDB)

SECRETÁRIO: Roberto Diniz Satyro

Divisão das Comissões, em 16 de abril de 1974.

4ª Sessão Legislativa da 7ª Legislatura
Ata da 68ª Sessão (Extraordinária)
Realizada em 16 de Maio de 1974 (Quinta-Feira)

Presidência do Sr. Deputado Santos Lima, secretariada pelos srs. Deputados Muggiati Filho e David Federmann.

As 14,00 horas, é registrada a presença dos seguintes srs. Deputados: João Mansur — Santos Lima — Odilon Reinhardt — Jorge Sato — Muggiati Filho — David Federmann — Hélio Manfrinato — Aginaldo Pereira Lima — Alvaro Dias — Antonio Belinati — Antonio Costa — Antonio Lopes Júnior — Antonio Maciel — Arizone Araujo — Arthur de Souza — Basilio Zanusso — Borsari Neto — Domício Scaramella — Emilio Carazzai — Erondy Silvério — Fabiano Braga Côrtes — Francisco Escorsin — Fuad Nacli — Gabriel Manoel — Gilberto Carvalho — Haroldo Bianchi — Igo Losso — Iris Caldart — Ivo Rocha — Ivo Thomazoni — João Fadel — Lázaro Dumont — Leopoldo Jacomet — Luiz Roberto Soares — Marciano Baraniuk — Mauricio Fruct — Nelson Buffara — Olavo Ferreira — Ovidio Franzoni — Paulo Camargo — Paulo Poli — Quiesle Crisóstomo — Rosário Pitelli — Sebastião Rodrigues Júnior — Wilson Brandão — Wilson Fortes e Xenofonte Villanueva. (47).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a **SESSÃO EXTRAORDINÁRIA**, destinada à apreciação de Vetos governamentais.

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da Ata da Sessão Extraordinária anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. PRESIDENTE — Não há Expediente a ser lido.

Passa-se à

ORDEM DO DIA.

com a presença de 35 srs. Deputados.

Discussão única — da Proposição n.º 110.74, Veto apostado ao Projeto de Lei n.º 193-73, de autoria do Dep. Ivo Thomazoni, que dá nova redação a Lei n.º 5.615, de 11.08.67, Relatório da C.C.J. considerando o Veto em condições de ser apreciado pelo Plenário. — Encerrada a discussão. — Em votação. — Rejeitado o Projeto, mantido o Veto.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão Extraordinária.

Levanta-se a Sessão.

4ª Sessão Legislativa da 7ª Legislatura
Ata da 69ª Sessão Ordinária
Realizada em 16 de Maio de 1974 (Quinta-Feira)

Presidência do Sr. Deputado Santos Lima, secretariada pelos srs. Deputados Jorge Sato e Muggiati Filho.

A Hora Regimental, é registrada a presença dos seguintes srs. Deputados: Santos Lima — Odilon Reinhardt — Jorge Sato — Muggiati Filho — David Federmann — Aginaldo Pereira Lima — Antonio Belinati — Antonio Costa — Antonio Lopes Júnior — Antonio Maciel — Arizone Araujo — Arthur de Souza — Basilio Zanusso — Borsari Neto — Domício Scaramella — Emilio Carazzai — Erondy Silvério — Fabiano Braga Côrtes — Francisco Escorsin — Fuad Nacli — Gabriel Manoel — Gilberto Carvalho — Haroldo Bianchi — Iris Caldart — Ivo Thomazoni — Lázaro Dumont — Leopoldo Jacomet — Marciano Baraniuk — Nelson Buffara — Olavo Ferreira — Ovidio Franzoni — Paulo Poli — Quiesle Crisóstomo — Rosário Pitelli — Sebastião Rodrigues Júnior. (35); achando-se ausentes, os srs. Deputados: João Mansur — Hélio Manfrinato — Alvaro Dias — Igo Losso — Ivo Rocha — João Fadel — Luiz Roberto Soares — Mauricio Fruct — Paulo Camargo — Wilson Brandão — Wilson Fortes e Xenofonte Villanueva. (12).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a **SESSÃO**.

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da Ata da Sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — comunica que não há Expediente a ser lido.

O SR. PRESIDENTE — Não havendo leitura de Expediente, concedo a palavra ao primeiro orador inscrito no Grande Expediente, sr. Deputado Antonio Lopes Júnior.

O SR. ANTONIO LOPES JUNIOR — Sr. Presidente. Srs. Deputados. Vou tratar, neste instante, de um assunto puramente eleitoral.

Quero reportar-me antes às palavras finais do ilustre Deputado Paulo Poli na tarde de ontem, em que achava absurdo tratar-se de assuntos políticos num instante em que o povo sofre bastante, principalmente os lavradores que, atraídos por grandes pedidos, plantaram soja e hoje estão na iminência de não poderem nem colher esse cereal importante.

Mas, sr. Presidente, srs. Deputados, o assunto eleitoral que vou tratar neste instante está, de certa maneira, ligado intimamente ao sofrimento doloroso do povo.

Está tramitando na Câmara Federal, Projeto de Lei do Deputado Jorge Ferraz e já em andamento nas Comissões Técnicas, possibilitando o voto em trânsito.

Lembram-se os Senhores Deputados o que significou no passado o voto em trânsito, principalmente para aqueles candidatos idealistas que outra coisa não querem a não ser trabalhar pelo povo, sacrificar-se pelo povo.

Senhores Deputados, o voto em trânsito que se pretende restabelecer neste País é mais "marmelada" para favorecer os grupos econômicos, num verdadeiro rolo compressor contra a verdade e real representação popular; o voto em trânsito significa o seguinte:

A primeira vista, parece uma grande coisa; se eu moro numa cidade do Interior e estou na Capital, posso votar aqui, mas a verdade é fraude estava sempre presente e não seria agora que ela não deixaria de estar presente novamente para fraude à vontade do povo. Lembro-me bem, em tempos passados, quando existiu o voto em trânsito, numa seção eleitoral no

mato, onde residem 120 eleitores, votaram 967 eleitores. Será que por aquele pequeno povoado sem estrada passaram em trânsito mais de 700 eleitores? Evidente que não. Aqueles que representam ou estão a serviço do poderio econômico transportam de automóvel, de caminhão, como podem, eleitores de uma cidade para outra cidade, 80, 100 quilômetros distantes, fraudando verdadeiramente a vontade popular. Estes eleitores saíram de seus ambientes, de seus amigos e indo votar numa cidade, onde tudo lhe é diferente, eles mesmos votarão contra sua própria vontade.

O sr. Sebastião Rodrigues Júnior — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

A matéria é interessante e V. Exa., se tivesse o Projeto que está tramitando na Câmara dos Deputados desse conhecimento à Casa do texto, porque o voto em trânsito possui aspectos dos mais negativos em determinados setores da atividade política e poderia se justificar o caso, como o da eleição majoritária para Presidente da República, que tanto faz que a pessoa vote no Rio Grande do Sul, terá que escolher um candidato de âmbito nacional. Não vejo nada de ilegal quando se trata de matéria eleitoral. O assunto não suscita muita atenção porque no Brasil não temos eleição alguma a não ser para certos cargos. Para Prefeito, Governador é feita nos bastidores do confessorário, dizendo que as confissões ficarão para depois. A matéria eleitoral carece de sentido. Não sei porque V. Exa. se preocupa com eleição agora. Eleição é coisa rara. A matéria enfocada sobre vários âmbitos. Se V. Exa. tivesse o texto do Projeto, poderia dar conhecimento à Casa, para que a gente pudesse se inteirar melhor acerca dos detalhes.

O SR. ANTONIO LOPES JR. — O texto do Projeto não tenho em mãos e estou me baseando numa notícia estampada na imprensa desta Capital e alguns jornais de S. Paulo e ele diz respeito, está bem clara a notícia, Deputado Estadual, Deputado Federal e Senadores.

O SR. ANTONIO BELINATI — Estou acompanhando com atenção o pronunciamento de V. Exa. e o assunto que queremos abordar neste aparte, não tem nenhuma ligação com o voto em trânsito, mas, como V. Exa. se refere ao próximo pleito eleitoral sobre um Projeto que está transitando na Câmara dos Deputados, eu aproveitaria este aparte para pedir permissão a V. Exa. para consignar um protesto à lei eleitoral. Foi feito um levantamento no Congresso em torno do voto em branco e de acordo com o Código Eleitoral em vigor, o voto em branco é contado para a maioria consequentemente para a Arena, pois à exceção da Guanabara, o MDB é minoritário em todo o resto do País e de acordo com o levantamento procedido na Câmara dos Deputados, foi amplamente divulgado pela imprensa nacional, 76 Deputados foram eleitos pelo voto em branco. Veja V. Exa. que um cidadão, no momento em que comparece às urnas e vota em branco, ele não está votando para ninguém. Não é justo que o seu voto venha servir de instrumentos para eleição, deste ou daquele parlamentar como ocorreu onde 76 cidadãos estão exercendo um mandato que na verdade não lhes pertence. Porque foram eleitos, graças à contagem do voto em branco. Então aproveitando o pronunciamento de V. Exa. sobre o pleito eleitoral, eu não poderia perder a oportunidade de deixar aqui o nosso protesto, a este absurdo que faz parte da Legislação eleitoral.

Só em S. Paulo nestas últimas eleições, um milhão e tanto de cidadãos votaram em branco. Então, era o nosso aparte, ilustre Deputado, aproveitando o pronunciamento de V. Exa. E o nosso desejo, de que esta aberração seja corrigida. Pois, quando o cidadão vai às urnas para cumprir com o seu dever e não deixa ali o voto lavrado para determinado candidato, não é justo que alguém tire proveito do voto em branco, se elegendo Deputado ou Senador. Muito obrigado.

O SR. ANTONIO LOPES JR. — Obrigado pelos apartes. E como esta matéria realmente não diz respeito ao presente, quero dar uma satisfação ao Deputado Sebastião Rodrigues ler a notícia que eu tenho em mãos, uma delas diz:

Nas eleições para Deputado Federal à Câmara dos Deputados e Assembleias Legislativas, os eleitores em trânsito poderão depositar o seu voto em qualquer sessão eleitoral e mesmo no Estado a que pertencem os títulos eleitorais respectivos. Projeto neste sentido, já está transitando nas Comissões Técnicas da Câmara Federal".

Então, a notícia embora sintética, pequena, mas teve realidade, principalmente para mim que já enfrentei às dificuldades do voto em trânsito há questão de dez anos. Voto em trânsito é como se diz popularmente, "chunchu". É contra isso que eu me rebelo. Faço meu protesto, porque é favorecimento do poderio econômico contra a expressão popular, daqueles que querem realmente defender o povo brasileiro. Muito obrigado. — (Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao segundo orador inscrito, Sr. Deputado Lázaro Dumont.

O SR. LÁZARO DUMONT — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Inicialmente, queremos nos congratular com vários pronunciamentos que foram feitos desta Tribuna sobre o grande problema da falta de preço para o soja. E isso está prejudicando enormemente, não só os agricultores do Paraná, mas a todos aqueles que plantam o soja e que acreditavam inclusive que poderiam solucionar da mesma forma, o preço que vise a atender satisfatoriamente o produtor de soja. E a falta do preço de soja, a grande produção no nosso Estado, fez com que se esquecesse momentaneamente um outro assunto que há muito, ou desde outubro do ano passado, vem ocupando quase que semanalmente o noticiário dos nossos jornais e rádios e principalmente muitos Deputados Estaduais e principalmente Federais, do Estado do Paraná, que tem se ocupado na Câmara Federal. É o problema do fechamento dos moinhos sem quotas aqui no Estado do Paraná.

Recentemente fui convidado pelo Deputado Adolfo Fugina, da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, juntamente com alguns proprietários de moinhos coloniais do Paraná, para ir a Porto Alegre, para onde nos dirigimos e participamos da Fundação da Associação dos Proprietários de Moinhos Coloniais, lá no Rio Grande do Sul. E com estranheza, nós verificamos que lá no Rio Grande do Sul, onde existe pelo menos, dado fornecido em circular expedida pela própria Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, mais de 1 mil e setecentos moinhos coloniais, que não tem quota. Consequentemente, considerados por alguns, como sonegadores ou outros adjetivos que estão dando a esses moinhos.

Pois bem, nós temos o Decreto número 210 de 1967; recentemente a Portaria da SUNAB, n.º 20, de fevereiro deste ano, que vem regulamentar a moagem de trigo por parte dos moinhos coloniais. E, baseados no Decreto 210, a SUNAB no Estado do Paraná, usando até a Polícia Federal fechou os moinhos coloniais do nosso Estado; e não permite que eles venham a moer trigo produzido pelos lavradores, pelos produtores de trigo. O que me causa estranheza em tudo isto, é que o Decreto 210, que deve ser Decreto Nacional,

seja aplicado rigorosamente no Estado do Paraná. Porque lá no Rio Grande do Sul, com um número seis vezes maior que os moinhos existentes no Paraná, todos os moinhos estão moendo normalmente e as autoridades federais ainda não descobriram ou fingem desconhecer que existem moinhos coloniais no Rio Grande do Sul. A nossa estranheza é esta, porque o Decreto se aplica ao Estado do Paraná e não se aplica aos moinhos do Rio Grande do Sul, de Santa Catarina. Não estamos reivindicando que fechem os moinhos do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina; mas estamos reivindicando que deixem os moinhos do Paraná moerem; que haja liberação de quotas e liberação para esses moinhos voltarem a moer o trigo para o colono do Estado do Paraná.

Vimos que o Governador Emilio Gomes se deslocou até Campo Mourão, considerado o Município maior produtor de trigo do nosso Estado, para lançar lá, atendendo apelo do Governo Federal, do Ministério da Agricultura, cujo Ministro esteve dia 20 de março no Paraná, a campanha de autosuficiência de trigo. E o Paraná se engajou totalmente nesta campanha. Mas não permitirem aos moinhos moerem, será que ainda vale a pena atender o apelo do Governo Federal para plantar trigo no Estado do Paraná? A exemplo do soja, de tantas outras culturas que o Paraná respondeu presente e na hora-sm que produz, não há preço. Vamos terminar a colheita do soja; entramos no plantio do trigo; será que teremos preços compensadores? Será que liberarão os moinhos coloniais para que voltem a moer o trigo, do próprio colono? Será que aumentarão as quotas do Estado? Será que haverá uma legislação específica para o nosso Estado?

Sr. Presidente, Srs. Deputados. Nosso apelo, neste momento, mais uma vez, é de que a SUNAB ou o Ministério da Agricultura, autorize os moinhos coloniais do Estado do Paraná a voltarem a moer o produto que realmente se propõe beneficiar, que é o trigo.

E, neste momento, atendendo à solicitação de alguns proprietários, de moinhos sem quota do Estado do Paraná, estamos convidando, em nome deles, todos os Deputados Estaduais desta Casa, sem exceção, assim como serão convidados todos os Deputados Federais a participarem de uma reunião no dia 5 de junho, na sede da Federação dos Trabalhadores da Agricultura, na rua Silva Jardim 775, quando será criada, no Estado do Paraná, a Associação dos Proprietários de Moinhos Coloniais porque será a única forma que terão de se porem à frente deste movimento.

O que estranhamos é que estes moinhos, quase todos, tem CGC, tem registro normal, muitos obtiveram financiamento do Banco do Brasil e fecharam os moinhos. É incrível o que se verifica.

O Sr. Paulo Poli — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). Inicialmente gostaria de me parabenizar com V. Exa., porque afinal a situação do Estado é calamitosa. V. Exa., com outros Deputados que tem ocupado esta Tribuna, tem realmente registrado a preocupação de todos os componentes de ambas as Bancadas, quanto à delicadeza da situação de nossa agricultura. Retrocedendo um pouco no pronunciamento de V. Exa., o problema do soja é realmente crucial e o que acontece é que o truste, as grandes empresas massacraram nosso pequeno agricultor. Com o trigo é um caso idêntico, porque o cidadão que tem um pequeno moinho é obrigado a fechar as portas do mesmo para que as grandes empresas monopolizem o produto. A situação é revoltante. Gostaríamos que todos os políticos, ocupando todos os cargos de projeção em nosso Estado, dessem mais atenção a este problema e menos atenção ao problema político, porque a situação é de calamidade pública. O que estamos vendo, como dissemos desta Tribuna, é que o colono, desestimulado, está deixando de fazer plantação de trigo onde plantou soja, e está plantando pasto. Ontem não fiz mais um apelo da Tribuna porque achei que não adianta. Fiz uma advertência às autoridades federais para que atentem a este problema e estamos elaborando um Requerimento, que será o último, com todo o respeito, para que S. Exa. o Presidente da República volte suas vistas a este problema, porque a situação é muito séria. Solidarizo-me com V. Exa. e com os demais Deputados desta Casa que se preocuparam com este problema. Na área estadual a preocupação já existe, mas se faz necessário que o Governo Federal atente para este problema tão sério e delicado.

O SR. LAZARO DUMONT — Muito obrigado, Deputado Paulo Poli. Lembro bem o pronunciamento de V. Exa., ontem, e inclusive, num preâmbulo do aparte do ilustre Líder do Governo, Deputado Ivo Thomazoni, quando S. Exa. disse, até meio baixinho que, provavelmente, os apelos que saem nos jornais talvez não tenham passado a fronteira do "O Estado do Paraná". E "ó não pedi aparte a V. Exa. porque V. Exa. estava concluindo sua oração; mas devo dizer que, no dia 19 de abril, tivemos oportunidade, assim como outros dirigentes sindicais de ter uma audiência com o ilustre Senhor Presidente da República. E, naquele momento, entregamos às mãos do Senhor Presidente, uma reivindicação dos produtores de soja, pedindo um mínimo de 80 cruzeiros por saca para compensar o plantio do soja. E isto há um mês atrás! E naquela oportunidade, também entregamos ao Senhor Presidente da República as reivindicações não só dos moageiros, mas porque várias pessoas me dizem, "voce não tem máquina de trigo, então por que se preocupa com isso?". Apenas estou atendendo as reivindicações dos colonos. Em Toledo, 2 mil, 158 pequenos proprietários, nos disseram que não estão mais dispostos a plantar trigo porque não tem compensação nenhuma. E o que estamos observando é que o Paraná, este ano, produzirá 700 mil toneladas de trigo, mas as nossas máquinas só poderão moer 131 mil toneladas, porque essa é a quota que corresponde ao nosso Estado; as demais toneladas vão para São Paulo para serem industrializadas lá, certamente porque esse Estado é muito pobre e precisa ganhar mais com os impostos do trigo produzido no Paraná. E esse trigo aqui produzido e moído em São Paulo, volta de lá embalado e vai ser vendido aos colonos de Toledo, Palotina, Campo Mourão, ou onde quer que ele seja produzido, duas, três vezes mais caro. Não entendemos essa discriminação contra nosso Estado.

O Sr. Antônio Lopes Júnior — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). V. Exa. acaba de abordar, em cheio o problema angustiante dos pequenos moageiros. Não se trata, na verdade, da defesa apenas dos pequenos moageiros, mas também dos lavradores, dos pequenos lavradores e, especialmente do povo paranaense. Porque lembramos perfeitamente que aquela mesa farta que existiu na casa do lavrador não mais existe, aquela mesa onde se comia um pão gostoso, feito por suas próprias mãos, colheita, moagem e até o próprio pão, não existe mais. O povo está pagando cada vez mais caro, falta pão na mesa do lavrador; há desestímulo total para o plantio de trigo, estamos, de fato, à mercê de trustes que massacraram o povo.

O SR. LAZARO DUMONT — Muito obrigado, pelo aparte de V. Exa. Deputado Antônio Lopes Júnior, queremos encerrar nossas palavras deixando registrado nosso protesto.

O Sr. Ivo Thomazoni — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). Nobre Deputado, apenas para estoriar bem um pequeno detalhe que me preocupou há alguns dias, já que V. Exa. tem contato permanente com os sindicatos

e cooperativas de produção de nosso Estado, para que V. Exa. alerte principalmente, às cooperativas, da necessidade de um memorial encaminhado pelas próprias cooperativas, às autoridades constituídas, reivindicando melhores preços para o trigo em grão na época da comercialização, o faço de maneira a uniformizar o pedido no tocante ao preço de custo da produção do cereal. Há dias abordei com o Sr. Governador o assunto e S. Exa. me mostrou 4 memoriais de 4 cooperativas diferentes, cooperativas do interior do Estado, cada uma delas exigindo um preço mínimo: uma pedia o preço de 83 cruzeiros, por saca de 60 quilos, um preço hectolitro de 68, a outra solicitava 92 cruzeiros, a outra 96 cruzeiros e a última solicitava 105 cruzeiros. Então me dizia o Governador, para que eu possa encaminhar esse expediente às autoridades federais, haveria necessidade de que a Associação das Cooperativas do Paraná disciplinasse ou fizesse a triagem desses memoriais, para que houvesse uma coincidência nas reivindicações, no tocante ao preço, porque senão pode parecer que o Governo do Estado estaria também atabalhoado em defesa dos diferentes tetos preços de custo.

Queria só lembrar a V. Exa., nobre Deputado, de que V. Exa. tem sido incansável defensor dos produtores e aqui na Assembleia inúmeros Deputados tem se preocupado com a solução. Graças a Deus, o Decreto 210, que é de fevereiro de 67, que proíbe a existência de moinhos coloniais, tem servido até agora como instrumento de coação, mas não foi ainda aplicado. Nenhum moinho colonial ainda foi fechado, ou sofreu as sanções preconizadas naquele Decreto. Deus queira que o Governo Federal, a SUNAB, o Banco do Brasil, esqueçam a existência desse Decreto, para que continuemos a ter um pouco de tranquilidade.

Felizmente só houveram as ameaças no tocante à sanção do Decreto, ao cumprimento das disposições nele contidas, mas nenhuma ordem por escrito foi entregue a algum proprietário para que fechasse seu moinho. Tenho dado pelo interior e tenho dito aos proprietários dos moinhos, continuam trabalhando para não quebrar a paz social. Esperamos que as autoridades entendam que é impossível o cumprimento das determinações contidas no Decreto n.º 210.

Desculpe V. Exa. pelo tempo que tomei e Deus queira que no futuro a Associação das Cooperativas saiba se unir, pedindo um preço só para atender às diferentes Regiões do Estado, para que o Governo do Estado tenha autoridade moral para cobrar do Governo Federal a fixação do preço.

O SR. LAZARO DUMONT — Agradeço ao nobre Deputado e concedo o aparte ao Deputado Iris Caldart.

O Sr. Iris Caldart — Qualificaria essa situação atual por que atravessa o Estado do Paraná, neste setor da produção, como um fracasso do Governo Central e do Estado. Porque não admito no atual regime, onde se tem um ato institucional na mão, se tem leis na mão, se tem condição e poderes por um simples Decreto, de modificar a estrutura toda de um organismo administrativo, que uma organização que enfrenta ou diga respeito a esse problema da produção, ainda esteja atravessando uma fase tão degradante como esta, quanto à produção e produção ligada diretamente ao problema fome, e fome assola o mundo inteiro e este Brasil também está faminto e nós estamos sedento de justiça e de produção e de liberdade. Enfim, eu qualificaria isto como um problema muito sério, muito grave, um problema de administração, é uma falência de regime, nobre Deputado, porque há um ano que se pregava, que se gritava por amparo e solução do problema do trigo, de moinhos de trigo onde transformam o nosso produto, o trigo produzido no Paraná, transformam o produto como turista — ele vai a São Paulo para depois voltar, ele sai lá de Toledo, passa por Curitiba, vai a São Paulo, é transformado, é beneficiado depois é embalado num pacotinho bonito, volta a Toledo para ser consumido lá. Isto é desgoverno, isto é incapacidade administrativa. Perdoem-me, não quero chegar a extremos mas, isto é infâmia, porque, vejamos, há falta de estrutura, de organização há falta de capacidade para equacionamento de problemas de tamanha envergadura que implicam na vida social e econômica de um Estado e de uma Nação. Com 10 anos de Revolução, nós ainda estamos atravessando problemas desta natureza. É lamentável sob todas as formas, sob todos os aspectos e aqui fica registrado o nosso protesto, o nosso pensamento a respeito dessa situação calamitosa.

Entra-se numa Agência do Banco do Brasil ou numa firma que vende trastes, está lá um cartaz na parede, um cartaz em letras grandes que todo mundo vê e que chama a atenção, dizendo: PLANTE QUE O GOVERNO GARANTE. O colono planta; planta, e vai para o inferno. Esta é a situação daquela Região. Oeste, Sudoeste, Nordeste. PLANTA E VAI PARA O INFERNO — esta é uma expressão que se pode usar em sentido figurado. É o que estamos vendo lá. Se formos calcular hoje o custo da semente, o custo do adubo, o custo da inseticida, a mão de obra da colheita, o armazenamento do trigo, nem com 100 cruzeiros hoje, a saca de 60 kg, seria coberto este custo de produção hoje.

PLANTE QUE O GOVERNO GARANTE!

O problema do Brasil é a miséria, é a fome, o problema do Brasil é divisas, é exportação de matéria prima. O problema do mundo é fome, aí está a ONU através de seus Órgãos, clamando o mundo inteiro a que procurem soluções para mitigar a fome do mundo. E aí está uma falta de estrutura, uma inércia, uma incapacidade administrativa.

Fica aqui este registro, e é com espírito de brasilidade que o fazemos, não há nada de política, é com civismo que fazemos estas acertivas, que erguemos a nossa voz. É com espírito cívico que fazemos isto, não temos outro objetivo porque não estamos aqui para pregar contra a Revolução, a Revolução é um fato, é um ato irreversível, ela veio e só a posteridade vai julgar, certo ou errado, não somos contra a Revolução e até admitimos que é um fato histórico necessário, uma consequência necessária para a vida da Nação, da vida histórica; ela veio, ela aconteceu, ela é irreversível, ela aí está nomeando Governos, Presidentes.

Então, é com espírito cívico que fazemos estes pedidos, estas conclamações referentes a problemas de terras, cruciantes porque passa ainda hoje muita gente, no Oeste do Paraná problemas insolúveis e o Governo tem um Ato Institucional à mão! Isto que me revolta essa injustiça, essa incongruência, essa maldade, essa falta de espírito público, de civismo, falta de amor à terra e à terra brasileira.

O SR. LAZARO DUMONT — Eu até fiquei louco. Agradeço ao nobre Deputado Iris Caldart o seu aparte e não foi nem um aparte foi um discurso, mas quero encerrando minhas palavras, mais uma vez, em nome dos pequenos agricultores do Paraná, convidar os Srs. Deputados para que no dia 5 de junho, na Av. Silva Jardim, 775, compareçam à reunião em que o novo Presidente da Federação, que está me substituindo, juntamente com o Sindicato da área de produção de trigo com os moageiros, acharam por bem fazer para ver se, unidos, poderão passar por este obstáculo, como estão passando, e dizer ao nobre Deputado Ivo Thomazoni que os moinhos continuam moen-

do, principalmente à noite. Ainda bem. Realmente temos sentido esta falta de pensamento das cooperativas. É o que não acontece, graças a Deus com o movimento. Toda a vez que temos que tomar uma atitude de âmbito estadual, fazemos uma triagem de reivindicações para o mesmo Projeto.

O Sr. Domício Scaramella — Lembro a V. Exa. que há mais de seis meses apresentamos um trabalho nesta Casa e Requerimento dirigido ao Sr. Ministro da Agricultura quanto ao problema dos moinhos de trigo. V. Exa. diz que a nossa produção vai a mais de 500 toneladas em quantidade. Pretendo estar presente nesta reunião que V. Exa. está convocando e quero lembrar que como um dos líderes, há mais de três anos o Governo Federal não concedeu cota nenhuma ao Estado do Paraná e conheço o problema de cotas destinadas ao Paraná em águas passadas e depois estas cotas foram vendidas a outro Estado e que o Governo da República libera mais cotas aos grandes moageiros e que não venda estas cotas a outro Estado como aconteceu em épocas passadas. Quanto aos pequenos moinhos do interior, no trabalho modesto que apresentamos e que demos o título de Trigo Turista, agradecemos o convite e faremos o possível de estar presente para debater o problema, porque nossa região é tritícola.

O SR. LAZARO DUMONT — Foi em junho do ano passado que V. Exa. apresentou o trabalho desta Tribuna.

O Sr. Io Thomazoni — V. Exa. permite um aparte? Quero adiantar uma informação que foi dada pelo Sr. Governador. Já se admite no Governo Federal a desvinculação do Estado do Paraná do Estado de S. Paulo que nós formamos a oita va região em termos de comercialização e industrialização do trigo. Esta desvinculação está equacionada e, se Deus quiser poderá ser objeto de novo Decreto que há de sair e a promessa que com a desvinculação do Estado do Paraná de S. Paulo cessa a transmissão de transferência de cotas dentro da mesma região, que foi o que prejudicou o Estado do Paraná, deferida em cotas iguais per capitas e depois, o paranaense, de pouco espírito paranaista, o industrial aloito, transferindo a cota para os paulistas ficamos com menos cotas. Este problema foi equacionado com a desvinculação do Estado do Paraná de S. Paulo, em termos de região, já é uma solução.

E se houver o deferimento de novas quotas para o Paraná, que não persista a briga de hoje. Existe o Sindicato dos Moageiros do Estado do Paraná, aqueles que tem moinhos registrados na SUNAB, reconhecidos, bonitinhos, e que dizem ter uma capacidade ociosa de máquinas que devem portanto, se aumentada a quota deferida a eles, este aumento, para eles trabalharem em vez de 10, 20 horas, sem outros gastos maiores, para que não persista a briga com os moinhos coloniais, que tem direito à quota.

Se eles pudessem se entender também para que houvesse então neste aumento, deferimento de 50% das quotas aos moinhos registrados, 50% para os moinhos coloniais, vamos encontrar uma solução. Porque política é isto, é o poder de discutir, de divergir, mas de encontrar uma solução para que os pequenos moageiros se reúnam através das cooperativas ou sindicatos regionais, para deferimento destas quotas, mesmo que estas venham através das cooperativas. É também uma segunda etapa, que vamos ter que vencer, é quando o tecnicismo da máquina e da burocracia administrativas não encontrar uma solução, nós políticos, com capacidade de conversar ao menos quem sabe, poderemos dar a eles este auxílio.

Meus cumprimentos a V. Exa. pela oportunidade do pronunciamento de V. Exa. que tem sido incansável na defesa dos interesses da zona da produção. Receba os meus cumprimentos e a minha homenagem pela clarividência com que V. Exa. sempre abordou os assuntos tão importantes, desta Tribuna. Muito obrigado.

O SR. LAZARO DUMONT — Nobre Deputado, é com prazer que recebo o aparte de V. Exa. É o que nós realmente temos reivindicado, também, desde a primeira reivindicação do aumento da quota, que foi o desmembramento da 7.a região criando a 9.a região já antiga, reivindicação feita ao ex-Presidente Emílio Médici quando da última vez que esteve aqui no Paraná. Eu agradeço os apartes e agradeço também, Sr. Presidente, de me conceder a oportunidade de falar no dia de hoje. Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Esta Presidência registra, com satisfação a presença, no Plenário, do Sr. Antero Ferreira Corrêa, Prefeito Municipal de Conselheiro Mairinke e do Sr. José Teixeira Filho, Prefeito Municipal de Terra Roxa. Do Vereador Edilásio Nogueira, da Câmara Municipal de Itaguapé e do Sr. Presidente Municipal de Santa Inês, Sr. José Afro Filho.

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à
ORDEM DO DIA,
com a presença de 35 Srs. Deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

3.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 280-73, de autoria do Dep. Emílio Carazzai, que autoriza o Poder Executivo elevar para seis (6) salários mínimos da região de Curitiba, a pensão mensal da Senhora Sylvia Braga Munhoz da Rocha, viúva do ex-Governador do Estado, Caetano Munhoz da Rocha. Parecer favorável da C.C.J. e CONTRÁRIO da C.C.J. — Aprovado.

2.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 225-73, de autoria do Dep. Aguiar P. Lima, que autoriza o Poder Executivo estadualizar o Grupo Escolar "Castro Alves", do Distrito de Tupãnsi, Município de Assis Chateaubriand. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.I.P., com EMENDA. — Aprovado, artigo por artigo. Aprovada a emenda.

2.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 232-73, de autoria do Dep. Gabriel Manoel, que autoriza o Poder Executivo doar à Prefeitura Municipal de Japira o veículo que especifica. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F. — Aprovado, artigo por artigo.

2.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 25-74, de autoria do Dep. Borsari Netto, que transfere à Francisca Albanski Martinatto, a pensão mensal de Sezinando Martinatto da Cruz. Parecer favorável da C.C.J. — Aprovado, artigo por artigo.

1.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 54-73, de autoria do Dep. Wilson Brandão, que autoriza o Poder Executivo denominar Ginásio Estadual Deputado Ardinall Ribas, o atual Ginásio Estadual Vital Brasil da cidade de Maringá. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.I.P., COM SUBSTITUTIVO. — Aprovado.

PROJETO DE LEI N.º 54-73

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

Decreta:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a denominar Ginásio Estadual Deputado ARDINAL RIBAS o estabelecimento de ensino de Maringá que possui denominação de "GINÁSIO ESTADUAL VITAL BRASIL".

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, aos 12 de abril de 1973.

(a) Wilson Brandão

JUSTIFICATIVA:

O Deputado Federal ARDINAL RIBAS, falecido recentemente em Brasília, em pleno exercício de suas funções, deu muito de si à sua cidade de Maringá da qual era um de seus legítimos representantes na Câmara Federal. Como homem de empresa, advogado, político, de inigualável atuação como Deputado em favor de Maringá e de seu Estado natal, é desnecessário aqui fazer relatório, pois que, sua vida, sua atuação brilhantíssima no cenário político nacional já fez parte de nossa própria história.

É mais do que justo dar essa homenagem a um grande homem público que o Paraná perdeu ... e quem perdeu muito mais foi a cidade de Maringá e, assim, seu nome nesse estabelecimento de ensino seria não somente um atestado de gratidão à Cidade Canção como também um estímulo à futura geração de nossa terra.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N.º 54-74

AUTOR: Deputado WILSON BRANDÃO
PARECER

O presente plano de Lei, de autoria do nobre Deputado Wilson Brandão, visa autorizar o Poder Executivo a denominar Ginásio Estadual Deputado ARDINAL RIBAS, o estabelecimento de ensino de Maringá, que possui denominação de "GINÁSIO ESTADUAL VITAL BRASIL".

Muito embora considerando a nobreza da iniciativa do nobre Deputado Wilson Brandão, autorizando o Poder Executivo a homenagear um ex-Deputado Federal, recentemente falecido, dos mais autônticos representantes do Paraná que já passaram pela Câmara Federal, consideramos que se deva conservar ao estabelecimento referido, a denominação de um dos vultos mais expressivos da história brasileira e denominando Deputado ARDINAL RIBAS outro estabelecimento de ensino de Maringá.

Desta forma, apresentamos o Substitutivo Geral anexo ao presente Plano de Lei, pelo que opinamos pela sua APROVAÇÃO.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 9-5-73.

(Ass. ilegível) — Presidente

Paulo Camargo — Relator

(Ass. ilegíveis)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

SUBSTITUTIVO GERAL AO PROJETO DE LEI N.º 54-73

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a denominar "DEPUTADO ARDINAL RIBAS", um dos estabelecimentos de ensino, de Maringá.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em

(Ass. ilegível) — Presidente

Paulo Camargo — Relator

COMISSÃO DE INSTRUÇÃO PÚBLICA

PARECER AO PROJETO DE LEI N.º 54-73

I — O presente plano tem por objetivo denominar Ginásio Estadual Ardinall Ribas, o atual Ginásio Estadual Vital Brasil da cidade de Maringá.

II — Do ponto de vista desta Comissão, o projeto em tela está em condições de ser aprovado.

É o parecer.

Sala das Comissões, em

Antonio Lopes Júnior — Presidente e Relator

(Ass. ilegível)

1.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 252-73, de autoria do Dep. Alvaro Dias, que autoriza o Poder Executivo firmar Convênio com a Prefeitura Municipal de Londrina, para instalação e criação do Museu do Café. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F. — Aprovado.

PROJETO DE LEI N.º 252-73

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

Decreta:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a firmar Convênio com a Prefeitura Municipal de Londrina, para a criação e instalação do Museu do Café na sede daquele Município.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 25 de outubro de 1973.

(a) Alvaro Dias

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N.º 252-73

AUTOR: Deputado ALVARO DIAS

PARECER

De autoria do nobre Deputado Alvaro Dias, o Projeto de Lei enfocado, visa autorizar o Poder Executivo a firmar Convênio com a Prefeitura Municipal de Londrina, para a criação do Museu do Café e a respectiva instalação, na sede daquele Município.

Sendo o referido Município denominado Capital Mundial do Café, sendo este produto o principal esteio da economia brasileira, nada mais oportuno e justo de se criar na sede daquele Município o Museu do Café, destacando este produto que tanto progresso trouxe para o Paraná.

Nenhum óbice sob o aspecto constitucional, legal e jornal, que se antepõe à proposta.

Pelo ACOLHIMENTO da Propositura.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 21-11-73.

(Ass. ilegível) — Presidente

Erondy Silvério — Relator

(Ass. ilegíveis)

COMISSÃO DE FINANÇAS

PARECER

AO PROJETO DE LEI N.º 252-73

1 — Com o presente Plano de Lei, visa o ilustre Deputado Alvaro Dias, autorizar o Poder Executivo a firmar Convênio com a Prefeitura Municipal de Londrina, para a criação e instalação do Museu do Café, na sede do referido Município.

2 — Devidamente estudado pela douta Comissão de Constituição e Justiça, este Projeto já mereceu parecer favorável.

3 — Não há nenhum óbice quanto ao aspecto financeiro, que se lhe anteponha, razão pela qual nosso parecer é pela APROVAÇÃO da presente proposição.

E o parecer.

Sala das Comissões, em 29 de novembro de 1973.

(Ass. ilegível) — Presidente

Gilberto R. Carvalho — Relator

(Ass. ilegível)

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, convocando outra para amanhã, às 10:00 horas, com a

ORDEM DO DIA

já anunciada na Sessão anterior.

Levanta-se a Sessão.

4ª Sessão Legislativa da 7ª Legislatura
Ata da 70ª Sessão Ordinária
Realizada em 17 de Maio de 1974 (Sexta-Feira)

Presidência do Sr. Deputado Santos Lima, secretariada pelos Srs. Deputados Ivo Thomazoni e Muggiati Filho.

As 10,00 horas, é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Santos Lima — Odilon Reinhardt — Jorge Sato — Muggiati Filho — David Federmann — Hélio Manfrinato — Alvaro Dias — Antônio Belinati — Antônio Costa — Antônio Maciel — Arthur de Souza — Basílio Zanusso — Borsari Neto — Domicílio Scaramella — Erondy Silvério — Fabiano Braga Côrtes — Fuad Nacli — Gabriel Manoel — Gilberto Carvalho — Igo Losso — Iris Caldart — Ivo Rocha — Ivo Thomazoni — Leopoldo Jacomet — Luiz Roberto Soares — Marciano Baraniuk — Maurício Fruct — Nelson Buffara — Olavo Ferreira — Ovidio Franzoni — Paulo Poli — Quêlise Crisóstomo e Wilson Fortes (33); achando-se ausentes os Srs. Deputados: João Mansur — Aguiinaldo Pereira Lima — Antônio Lopes Júnior — Arizone Araújo — Emílio Carazzai — Francisco Escorsin — Haroldo Bianchi — João Fadel — Lázaro Dumont — Paulo Camargo — Rosário Pitelli — Sebastião Rodrigues Júnior — Wilson Brandão e Xenofonte Villanueva (14).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a S E S S Ã O .

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da Ata da Sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

OFÍCIOS:

Do Senhor Gaspar Luiz Lacerda Pinto, agradecendo profundamente sensibilização aos dignos Peres desta Casa, as expressões de seu reconhecimento pelas manifestações de pesar quando do falecimento do Senhor Desembargador Manoel Lacerda Pinto. — Ao conhecimento da Casa.

Do Senhor Silvestre Hinselmann, comunicando haver assumido o cargo de Prefeito Municipal de Catanduvas, face ao Decreto Legislativo n.º 2-74 de 16.04.74 que determinou o impedimento do Senhor José Marculino Cardoso. — Ao conhecimento da Casa. — Agradeça-se.

Sob o n.º 034-74, do Senhor Prof. Dino Zambenedetti, Presidente da Associação dos Professores Licenciados do Paraná, sede de Londrina, encaminhando cópia de Memorial enviado ao Senhor Ministro Ney Aminas de Barros Braga, com o qual solicita àquela autoridade a pronta atenção ao Substitutivo de Lei que tramita nesta Casa Legislativa, que cria a gratificação de produtividade, para todos os funcionários com nível universitário, e os professores portadores de formação em grau superior foram esquecidos daquele enquadramento legal. — Ao conhecimento da Casa.

Do Senhor Lucas Nogueira Garcez, Diretor Presidente das Centrais Elétricas de São Paulo S.A. — CESP, encaminhando cópia de ofício enviado ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, Emílio Hoffmann Gomes, sobre as posições e critérios que defenderam na reunião que tiveram com aquela autoridade, em Londrina, referente às desapropriações e serem procedidas por aquela Empresa, relativas à Usina Capiwara. — Ao conhecimento da Casa.

Abaixo assinado dos moradores do Distrito de Cafelândia, Município da Comarca de Cascavel, solicitando desta Casa, baseados na Lei Complementar n.º 1, da Presidência da República de 9-11-67, plebiscito e, para tanto encaminhando documentos referentes aquele Distrito. — Ao conhecimento da Casa.

TELEGRAMA:

De Sua Excelência o Senhor WALTER P. BARCELOS, nos seguintes termos:

Tenho satisfação comunicar Vossência que viajarei para esse Estado acompanhado Assessoras v.g. a fim de inaugurar novos prédios Agências Banco Brasil em São Mateus do Sul v.g. Santo Antônio da Platina et Arapongas no dia vinte de maio v.g. respectivamente às dez et trinta horas et dezoito horas v.g. et última no dia vinte et hum de maio às dez horas et trinta minutos pt Cordiais Saudações. — Ao conhecimento da Casa.

PROJETO DE LEI:

PROJETO DE LEI N.º 63-74

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D e c r e t a :

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a integrar, na rede de ensino, os Colégios Vidigal e São Lourenço, do Município de Cianorte, pertencente à Campanha Nacional de Escolas da Comunidade.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 16 de maio de 1974.

(a) — Ovidio Franzoni

JUSTIFICATIVA:

Os dois Colégios supra-mencionados encontram-se em tal penúria financeira que o seu fechamento poderá ocorrer a qualquer momento. Não pode o Estado deixar ao desamparo um número avultado de jovens que, a meio caminho dos respectivos cursos, teriam de suportar irreparáveis ônus em sua vida estudantil.

O SR. PRESIDENTE — Está finda a leitura do Expediente. Não havendo oradores inscritos para o Pequeno Expediente, concedo a palavra ao primeiro orador inscrito para o Grande Expediente, Sr. Deputado Muggiati Filho.

O SR. MUGGIATI FILHO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

A imprensa sempre refletiu em nosso País, como em todos os povos de democracias do mundo, a verdadeira opinião pública.

Temos em nosso poder diversos exemplares dos diários que se editam no Paraná, e que fizeram e fazem uma análise do encaminhamento do processo eleitoral para a escolha do Governador do Estado.

Analisando-se esses editoriais, analisando-se essas reportagens, o noticiário de um modo geral, pode-se registrar que a imprensa paranaense através de seus próprios editoriais ou de matéria de âmbito nacional deixou patenteado que a forma pela qual estão sendo escolhidos os Governadores dos Estados membros traumatiza, como ocorre presentemente entre nós, os mais legítimos anseios populares em relação ao falso colégio eleitoral e à sua maioria.

Tais fatos tiveram e continuarão tendo, por certo, reflexos na política internacional e a prova mais cabal disso, tenho em mãos, numa edição da revista TIME que produz um artigo sobre o estado atual da política brasileira e que teria oportunidade de, através de uma tradução um tanto vernacular, ler e registrar nesta Casa.

São episódios, dos quais nós não podemos fugir do seu registro, porque se transforma no Brasil, quando se cogita da formação dos colégios eleitorais, transforma-se um mandato livre num mandato imperativo no caso do colégio eleitoral e sua maioria, sabendo-se que os mandatos imperativos estão em desuso desde 1895, quando foram aplicados na França — e quando foram aplicados na França o Estado se esfacelava numa multiplicidade dos localismos regionais e feudais.

Talvez por isso, por sentir que o exercício pleno do mandato livre que lhe outorgou o povo, tolhida a sua grande maioria pelo imperativo que vem de fora para dentro do Estado, foi que, ontem, pela primeira vez, pelo menos nesta legislatura nenhum Requerimento foi lido na Hora do Expediente nem votado na Ordem do Dia. A Casa revelou-se traumatizada em não poder cumprir o seu dever antecipadamente, pois embora constituído ilicitamente o colégio eleitoral poderia, ao menos, em sua mecânica, na prática, revelar-se uma instituição democrática e não como realmente o é um ressuscitador de mandatos imperativos.

Entendemos, que a opinião pública da Nação, está se levantando e libertando-se da mais injusta e incoerente pecha com a qual pretendem contê-la, os antidemocratas, a do que o povo é incapaz de escolher seus governantes, para adotar o princípio inquestionável e consagrado pelos mestres. "Seja como for a democracia precisa ser cumprida, com os efeitos decorrentes da própria estrutura social, pois é preferível uma democracia política imperfeita, que eduque lentamente o povo na prática do constitucionalismo, que uma ditadura sempre pronta a corromper-se. Em remate, como já afirmou Tobias Barreto, não se deve apontar o ponto de vista dos teóricos pacientes que julgam o povo ainda não maduro para a liberdade, como se fosse possível aprender a nadar sem meter-se dentro d'água, ou aprender equitação sem montar a cavalo, iguais aos que querem que o povo passe por um tirocínio de liberdade, sem aliás exercê-la".

É este o quadro ante o qual nós deparamos no momento ao ensejo da realização em Brasília, das eleições presidenciais.

Logo após a sua efetivação, a revista "Time" de 28-1 publicou um artigo sob o título "Escárnio à Democracia", que conseguimos traduzir com as seguintes palavras:

"O Colégio Eleitoral é uma farsa", declarou o candidato presidencial brasileiro Ulysses Guimarães. Desta maneira, ele poderia também se referir a toda campanha presidencial. Guimarães, e o seu Partido de oposição, Movimento Democrático Brasileiro, nunca teve uma chance contra a ditadura militar soberana e seu candidato, Gal. Ernesto Geisel.

Não obstante os generais tentarem dar à eleição a pomba de democracia, eles não tinham a intenção de perder.

O imponente grisalho Geisel foi escolhido, no último verão pelo que deixava o poder, General Emílio Médici.

A "vitória" de Geisel foi assegurada quando os generais determinaram que o Presidente seria escolhido pelo Colégio Eleitoral, o qual é controlado pela Aliança Renovadora Nacional, o Partido governamental. O Governo ofereceu a paga de 1.600 dólares para cada eleitor que comparecesse para votar, como resultado, houve poucos assentos vazios na Câmara dos Deputados em Brasília no dia da eleição, na última semana.

Geisel obteve 400 dos 497 votos. Tão previsível era sua eleição que ele nem se incomodou de ir à sessão de votação.

Emagam exata. A campanha por si só não foi exatamente um exemplo original de democracia em ação. Enquanto Geisel tinha avião e imprensa controlada do Governo à sua disposição, a Guimarães nem mesmo lhe foi dado horário de rádio ou TV. Na cidade de Campo Grande, a companhia de eletricidade do Governo cortou a energia quando um comício de correligionários de Guimarães estava para começar. Em Niterói, uma cidade perto do Rio de Janeiro, perplexos espectadores presenciaram uma parada de um pequeno grupo de manifestantes carregando através das ruas cartazes clamando por um fim à censura e o retorno à democracia. Aos do cortejo lhes era dito mais tarde que tais demonstrações não mais seriam permitidas. Desta maneira, sua causa foi sem esperanças; Guimarães pensava que o esforço valia a pena. A campanha deu-lhe a oportunidade de levantar resultados, em público, que

normalmente não teriam cobertura pela imprensa, pesadamente censurada. Guimarães manifestou-se contra "as prisões arbitrárias e perseguições, torturas e violência". Reclamou por um fim à censura da imprensa e repreendeu a Junta em deixar os brasileiros, em voz direta, eleger o Presidente, observando que "o povo que é capaz de trabalhar e pagar impostos, é capaz de votar". Surpreendentemente, as exortações foram publicadas em jornais locais.

Geisel, 65 anos, é o primeiro Presidente Protestante do Brasil, mas por outro lado é uma exata imagem de seus predecessores militares. Isto quer dizer, uma rigorosa devoção ao objetivo da Junta em fazer o Brasil "o Japão da América Latina", esforço que no último ano resultou numa taxa de crescimento econômico de 11,4% — uma das mais altas do mundo.

Os brasileiros estão felizes com a relativa prosperidade que a ditadura militar trouxe.

Geisel também insinuou que tomará uma linha dura nas liberdades civis, as quais foram suspensas desde 1964 quando os generais destituíram o presidente esquerdista João Goulart, o último chefe de Estado eleito livremente do Brasil.

Em um discurso, logo após a sua eleição, Geisel advertiu que durante a sua gestão de cinco anos "qualquer tendência subversiva ou ato de corrupção" seria esmagada.

Para os brasileiros que têm vivido com rumores de prisões sumárias, torturas e execuções, seu propósito foi perfeitamente claro.

Aqui está, Sr. Presidente, Srs. Deputados, sem nenhuma marca de partidarismo, uma opinião que nós a traduzimos em tudo aquilo com que nela estaríamos de acordo; bem como, com aquilo sobre o qual também discordamos. E procurando refletir aquilo que parece ser nosso preciso momento dentro de nossa sociedade, o pensamento exato da opinião pública, entendemos que é chegado o momento de se pôr fim aos mandatos imperativos, ou às maculações com que se vem ferindo os mandatos livres outorgados pelo povo paranaense aos seus representantes na Câmara dos Deputados, no Senado da República e nas Assembleias Legislativas. Repetimos que o povo, mais do que ninguém, tem o direito e a capacidade de escolher seus governantes.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 33 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado Ovídio Franzoni, constante do Expediente. Necessita de apoio. — **Apoiado.** Ira Comissão de Constituição e Justiça.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 162-72, que autoriza o Poder Executivo criar um Ginásio Estadual em Boa Esperança do Iguaçu, Distrito do Município de Dois Vizinhos e dá outras providências. — **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 143-73, que declara de Utilidade Pública, a Associação Evangélica Educacional e Beneficente — AEEB — com sede na cidade de Cianorte. — **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 159-73, que autoriza o Poder Executivo criar uma Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, na cidade de Jaguariava e dá outras providências. — **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 163-73, que dispõe sobre o Controle Acionário da Companhia de Telecomunicações do Paraná — TELEPAR, e dá outras providências. — **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 171-73, que autoriza o Poder Executivo denominar Irmão Ruperto Félix, um dos Estabelecimentos de Ensino Oficial do Estado. — **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 173-73, que declara de Utilidade Pública, o Instituto Santa Maria, fundado na cidade de Londrina. — **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 177-73, que objetiva doar ao Município de Rio Azul, área de terreno rural com 4 (quatro) alqueires de propriedade do Estado e situada na sede do referido Município. — **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 201-73, que declara de Utilidade Pública o Lar da Acadêmica de Curitiba, com sede nesta Capital. — **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 282-73, que introduz alterações na Lei n.º 6.364, de 29.12.72. (Lei Orgânica do I.C.M.) — **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 4-74, que suspende até 30-7-75, a aplicação das restrições de remuneração previstas no número 2 do artigo 6.º, no número 1 do artigo 14 e no parágrafo 2.º do artigo 52 da Lei n.º 6.417, de 3-7-73. (Código de Vencimentos da P.M.E.) — **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 18-74, alterando na forma que especifica, as denominações das vagas de oficiais nos quadros de especialistas da Polícia Militar do Estado. — **Aprovado.**

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão Ordinária, marcando outra para a próxima segunda-feira, dia 20, à Hora Regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

- 3.ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei nrs. 225-73, 232-73, 25-74;
- 2.ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei nrs. 54-73, 252-73;
- 1.ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei nrs. 5-74, 26-74 e 29-74.

Fica marcada também, uma Sessão Extraordinária, às 14,00 horas, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

DISCUSSÃO ÚNICA — da Proposição n.º 111-74.

Levanta-se a Sessão.

PORTARIAS:

PORTARIA N.º 118-74

O Diretor Geral da Secretaria da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

revogar a Portaria n.º 88-73, de 04 de março de 1973, que designou o funcionário José Renato Duarte, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, para prestar serviços no Gabinete da Diretoria Geral

Gabinete da Diretoria Geral, em 06 de maio de 1974.

a) EROS RUPPEL ABDALA

Diretor Geral

PORTARIA N.º 119-74

O Diretor Geral da Secretaria da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do Processo protocolado sob o n.º 3383-74, de 29 de março de 1974, deste Poder,

RESOLVE:

designar o funcionário Enio Medeiros, funcionário do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, para prestar serviços de assessoramento no Gabinete da Liderança da "ARENA", junto ao Gabinete do Deputado Wilson Fortes.

Gabinete da Diretoria Geral, em 06 de maio de 1974.

a) EROS RUPPEL ABDALA

Diretor Geral

PORTARIA N.º 120-74

O Diretor Geral da Secretaria da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do Processo protocolado sob o n.º 3339-74, de 25 de março de 1974, deste Poder,

RESOLVE:

transferir para época oportuna as férias concedidas pela Portaria n.º 03-74, de 15 de março de 1974, a Elida Daitchmann, funcionária do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia.

Gabinete da Diretoria Geral, em 06 de maio de 1974.

a) EROS RUPPEL ABDALA

Diretor Geral

PORTARIA N.º 121-74

O Diretor Geral da Secretaria da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do Processo protocolado sob o n.º 3338-74, de 25 de março de 1974, deste Poder,

RESOLVE:

transferir para época oportuna as férias concedidas pela Portaria n.º 03-74, de 15 de janeiro de 1974, a Osiris de Brito, funcionária do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia.

Gabinete da Diretoria Geral, em 06 de maio de 1974.

a) EROS RUPPEL ABDALA

Diretor Geral

PORTARIA N.º 122-74

O Diretor Geral da Secretaria da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do Processo protocolado sob o n.º 3217-74, de 24 de abril de 1974, deste Poder,

RESOLVE:

transferir para época oportuna as férias concedidas pela Portaria n.º 03-74, de 15 de janeiro de 1974, a Adel Metring Francallacci Espinola, funcionária do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia.

Gabinete da Diretoria Geral, em 06 de maio de 1974.

a) EROS RUPPEL ABDALA

Diretor Geral

PORTARIA N.º 123-74

O Diretor Geral da Secretaria da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do Processo protocolado sob o n.º 3133-74, de 22 de abril de 1974, deste Poder,

RESOLVE:

transferir para época oportuna as férias concedidas pela Portaria n.º 03-74, de 15 de janeiro de 1974, a Terezinha Barbosa de Moura e Claro, funcionária do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia.

Gabinete da Diretoria Geral, em 06 de maio de 1974.

a) EROS RUPPEL ABDALA

Diretor Geral

PORTARIA N.º 124-74

O Diretor Geral da Secretaria da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do Processo protocolado sob o n.º 3.024-74, de 18 de abril de 1974, deste Poder,

RESOLVE:

designar a funcionária Déa Regina Gasparello Braga, ora à disposição deste Poder, para prestar serviços à Liderança da "ARENA", junto ao Gabinete do Deputado Ovídio Franzoni.

Gabinete da Diretoria Geral, em 06 de maio de 1974.

a) EROS RUPPEL ABDALA

Diretor Geral

PORTARIA N.º 125-74

O Diretor Geral da Secretaria da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do Processo protocolado sob o n.º 3121-74, de 22 de abril de 1974, deste Poder,

RESOLVE:

transferir para época oportuna as férias concedidas pela Portaria n.º 03-74, de 15 de janeiro de 1974, a Terezinha Ruppel Giuck, funcionária do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia.

Gabinete da Diretoria Geral, em 06 de maio de 1974.

a) EROS RUPPEL ABDALA

Diretor Geral

PORTARIA N.º 126-74

O Diretor Geral da Secretaria da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 3496-74, de 30 de abril de 1974, deste Poder,

RESOLVE:

designar para compor grupo de trabalho destinado a elaborar as propostas Orçamentárias anuais, para o exercício financeiro de 1975, e Plurianual de Investimentos para os exercícios financeiros de 1975, 1976 e 1977 desta As.

sembléa Legislativa, e confeccionar Demonstrativo de Despesas do primeiro semestre e Previsão de Gastos do segundo semestre do corrente exercício de acordo com o DL. n.º 448-71, os seguintes funcionários:

Ronaldo Baptista — Diretor do D.F.C.P.

Almoré Od Rocha — Contador Geral

Luciano Lacerda Filho — Tesoureiro Geral

Williams Rolando Romanzini — Tesoureiro Auxiliar

Luiz Nappé, Bittencourt — Tesoureiro Auxiliar

Burnes Bosquilia — Chefe da Divisão de Pessoal

José Paulo Orth — Chefe da Divisão de Contabilidade

José de Arimatea Cleto — Chefe da Divisão de Tesouraria e Pagadoria

Nelson Silvio Salles — Chefe da Secção de Folhas de Pagamento e Controle Financeiro.

Juarez de Quadros Gonçalves — Chefe da Secção de Orçamento Empenho e Requisições.

Almir Santos — Chefe da Secção de Contas.

Antonio Sebastião da Cunha Gebran — Assessor da 1.ª Secretaria.

Zeno Paciornik — Comissão de Planejamento de Compras e Tomada de Preços.

Francisco Dranka — Comissão de Planejamento de Compras e Tomada de Preços.

Eleovan Cesar Ribeiro — Secção de Folhas de Pagamento e Controle Financeiro.

João Maria de Jesus Campos Araujo — Secção de Folhas de Pagamento e Controle financeiro.

Antonio Gulbino — Portaria.

Gabriel Luiz Franceschi — Chefe da Secção de Contabilidade Geral.

Gabinete da Diretoria Geral. em 08 de maio de 1974.

a) EROS RUPPEL ABDALA

Diretor Geral